 Ministério da Saúde



MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 2007- 2010
INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA
SANEAMENTO**

Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP





 Ministério da Saúde



PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

ASPECTOS GERAIS





Ministério da Saúde



PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) – ASPECTOS GERAIS

COMPONENTES DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC

- Investimento em Infra-Estrutura;**
- Estímulo ao Crédito e ao financiamento;**
- Melhoria do Ambiente de Investimento;**
- Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário;**
- Medidas Fiscais de Longo Prazo**





Ministério da Saúde



PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) – ASPECTOS GERAIS

PREVISÃO DE INVESTIMENTO CONSOLIDADO EM INFRA-ESTRUTURA 2007-2010

EIXO	VALOR (R\$ Bilhões)
• Infra-estrutura de Logística	58,3
• Infra-estrutura Energética	274,8
• Infra Estrutura Social Urbana	170,8
TOTAL	503,9





PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - SANEAMENTO

SANEAMENTO – RESUMO DOS INVESTIMENTOS

FONTE DE RECURSOS	OBJETIVO	INVESTIMENTO (R\$ bilhões)
OGU (Não oneroso)	Saneamento integrado em regiões Metropolitanas, desenvolvimento institucional dos prestadores e municípios acima de 50.000 habitantes (PPI)	8,0
	Saneamento em municípios com população até 50.000 habitantes	4,0
	SUBTOTAL	12,0
FAT/FGTS (Oneroso)	Financiamentos a Estados, Municípios e Companhias de Saneamento	12,0
	Financiamento a Prestadores Privados e Operações de Mercado	8,0
	SUBTOTAL	20,0
CONTRAPARTIDA	Estados, Municípios e Prestadores	8,0
	SUBTOTAL	8,0
TOTAL GERAL		40,0





PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - SANEAMENTO

FGTS – VALORES CONTRATADOS E DESEMBOLSADOS - PERÍODO 1995-2007

ANO	EMPRÉSTIMO (Milhões)	DESEMBOLSO (Milhões)
1995	71,8	4,7
1996	735,8	132,6
1997	558,0	432,4
1998	1.357,6	906,9
1999	2,4	487,2
2000	16,6	270,2
2001	--	111,4
2002	254,2	118,2
2003	1.634,8	119,0
2004	1.945,9	317,3
2005	44,1	548,0
2006	1.426,6	772,1
2007	3.300,5	858,4

PERÍODO 1995-1998:

- **Contratado:** R\$ 2,72 bilhões
- **Desembolsado:** R\$ 1,48 bilhões

PERÍODO 1999-2002:

- **Contratado:** R\$ 0,27 bilhão
- **Desembolsado:** R\$ 0,99 bilhão

PERÍODO 2003-2006:

- **Contratado:** R\$ 5,05 bilhões
- **Desembolsado:** R\$ 1,76 bilhões





PRINCIPAIS DIRETRIZES

- Atendimento de áreas de relevante interesse epidemiológico (malária, doença de Chagas, esquistossomose, tracoma, febre tifóide, dengue, hepatite A);
- Atendimento de grupos sociais minoritários e estratégicos;
- Melhoria da eficiência e da gestão dos serviços de saneamento;
- Otimização dos investimentos para obtenção de melhor relação custo x benefício;
- Fortalecimento dos dispositivos da Lei de Saneamento e de Consórcios Públicos;
- Atendimento prioritário para as áreas de maiores déficits proporcionais com serviços de saneamento;
- Articulação com outros programas do Governo Federal;
- Atendimento aos objetivos do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC





 Ministério da Saúde



EIXOS DE ATUAÇÃO

I) SANEAMENTO EM ÁREAS ESPECIAIS:

- População Indígena;
- População residente em áreas remanescentes de Quilombos;

II) SANEAMENTO EM ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO:

- Municípios com alta incidência de Malária;
- Municípios da área endêmica da Doença de Chagas;

III) SANEAMENTO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL DE ATÉ 50.000 HABITANTES:

- Municípios com maiores taxas de mortalidade infantil.
- Municípios com potenciais riscos a saúde devido a fatores sanitários e ambientais;
- Municípios localizados na bacia do Rio São Francisco;





EIXOS DE ATUAÇÃO

IV) SANEAMENTO RURAL:

- População rural dispersa e localidades rurais com até 2.500 habitantes, independentemente da população total do município;

V) AÇÕES COMPLEMENTARES DE SANEAMENTO:

- Apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano
- Apoio a reciclagem de materiais





 Ministério da Saúde



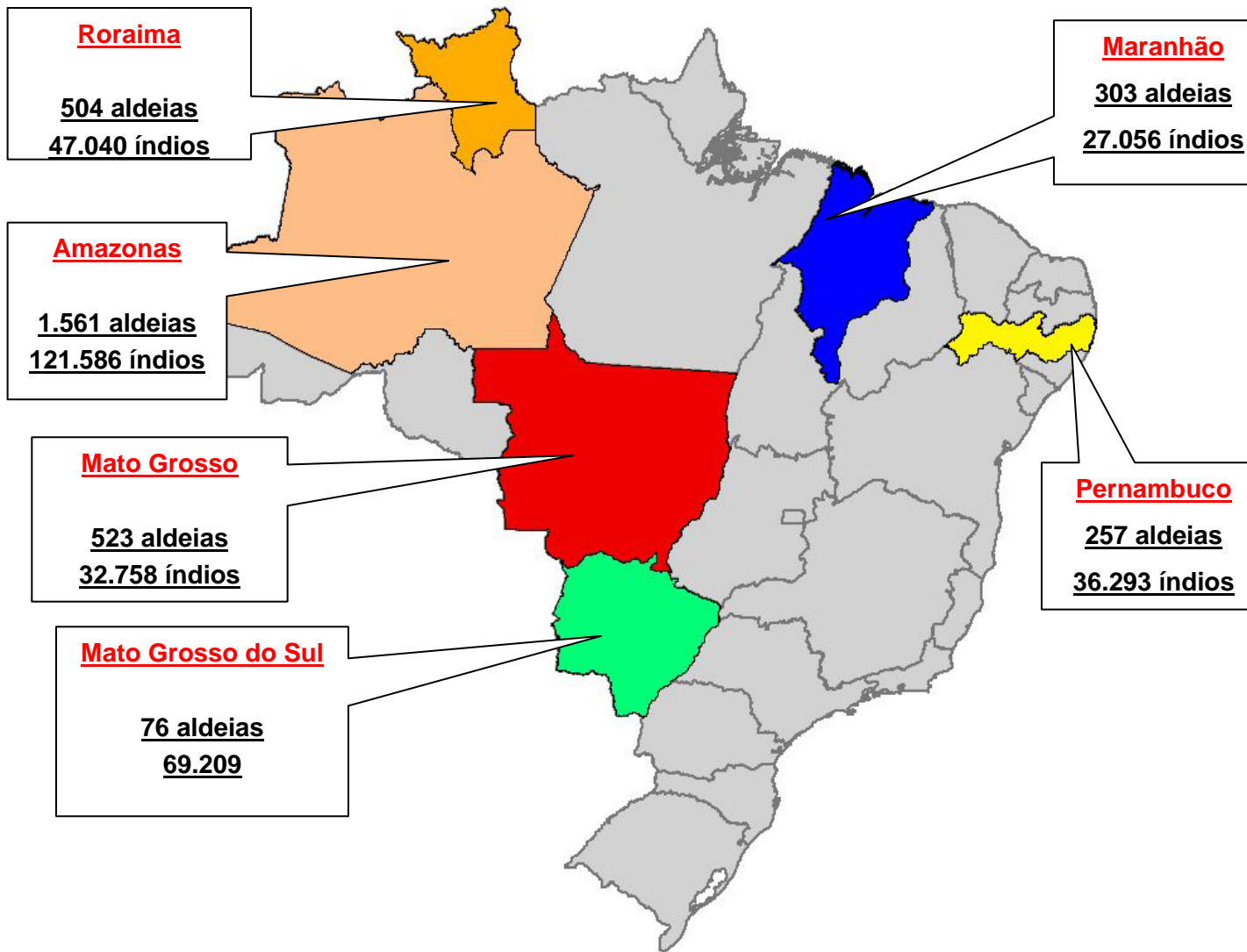
I - SANEAMENTO EM ÁREAS ESPECIAIS

ÁREAS INDÍGENAS





MAIORES POPULAÇÕES INDÍGENAS – DADOS SIASI FEV 2009



UF DA ALDEIA	Aldeias	População
AC	177	15389
AL	33	15299
AM	1561	121586
AP	84	7088
BA	115	25370
CE	76	22602
ES	7	2994
GO	4	399
MA	303	27056
MG	107	10894
MS	76	69209
MT	523	32758
PA	290	24572
PB	33	10528
PE	257	36293
PR	47	12897
RJ	7	574
RO	143	9237
RR	504	47040
RS	108	19168
SC	48	9118
SE	1	410
SP	112	4268
TO	137	11029
TOTAL	4.753	535.778





SANEAMENTO EM ÁREAS INDÍGENAS

METAS: PERÍODO 2007-2010

- Elevar a cobertura com abastecimento de água de **34 %** para das **70 %** aldeias;
- Elevar a cobertura com abastecimento de água da população atual residente em aldeias de **62 %** para **90 %**;
- Elevar a cobertura com solução adequada de dejetos de **30 %** para **50 %** das aldeias.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Investimentos **R\$ 200.000.000,00**





SANEAMENTO EM ÁREAS INDÍGENAS

REGIÃO NORTE

Aldeias beneficiadas – 756
Pop. beneficiada – 73.211
Rec. Investimentos – R\$ 84.170.899,63

REGIÃO NORDESTE

Aldeias beneficiadas – 377
Pop. beneficiada – 33.580
Rec. Investimentos – R\$ 56.890.010,14

REGIÃO CENTRO OESTE

Aldeias beneficiadas – 177
Pop. beneficiada – 9.922
Rec. Investimentos – R\$ 34.907.706,13

REGIÃO SUDESTE

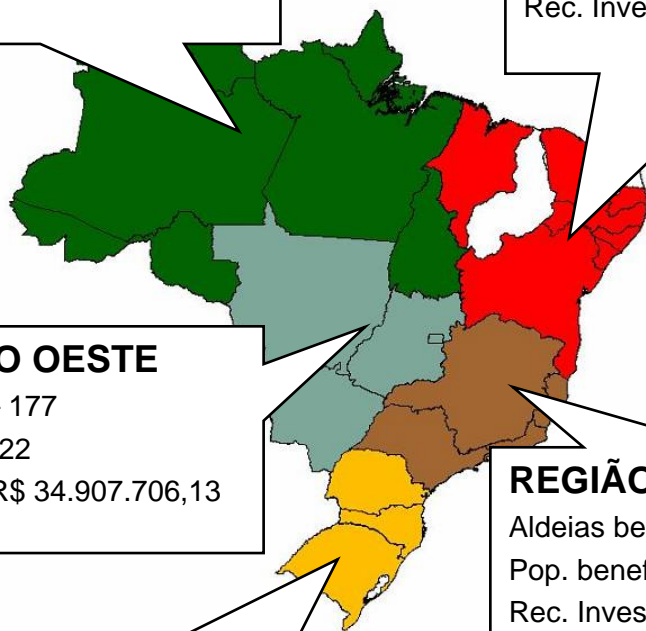
Aldeias beneficiadas – 15
Pop. beneficiada – 1.324
Rec. Investimentos – R\$ 9.028.647,84

REGIÃO SUL

Aldeias beneficiadas – 52
Pop. beneficiada – 3.986
Rec. Investimentos – R\$ 15.002.736,27

NACIONAL

Aldeias beneficiadas – 1.377
Pop. beneficiada – 122.023
Rec. Investimentos – R\$ 200.000.000,00

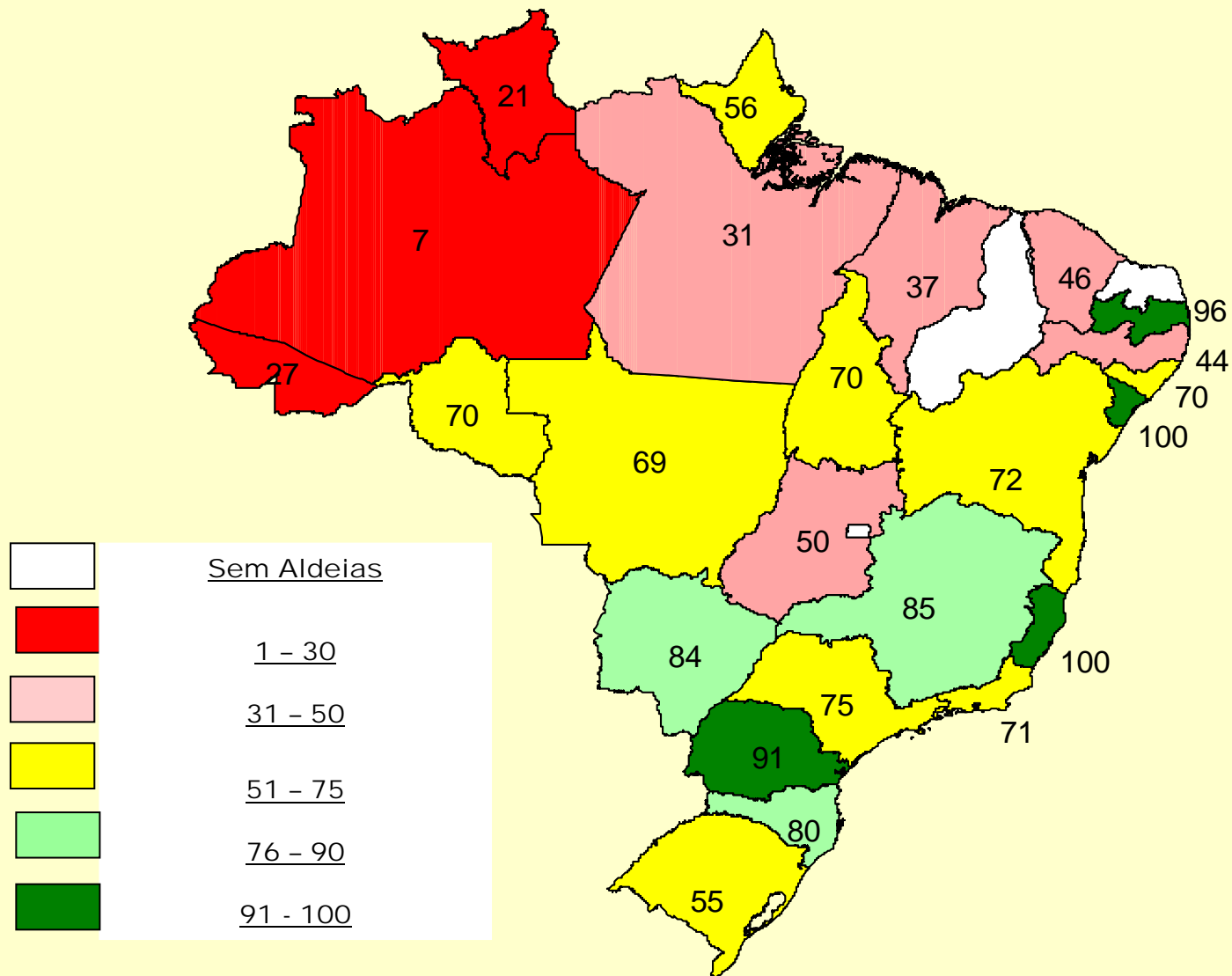


REGIÃO	SITUAÇÃO 2007			PROPOSTA ATÉ 2010	
	UF	% POP C/ ÁGUA	% ALDEIAS C/ ÁGUA	% POP PREVISTA C/ ÁGUA	% ALDEIA PREVISTA C/ ÁGUA
NORTE	AC	38%	24%	90%	79%
	RO	69%	49%	100%	100%
	AM	23%	7%	60%	37%
	RR	44%	19%	80%	48%
	PA	55%	24%	95%	65%
	TO	91%	76%	100%	100%
	AP	62%	54%	95%	68%
NORDESTE	MA	62%	36%	95%	90%
	CE	68%	56%	100%	100%
	PB	94%	96%	100%	100%
	PE	63%	36%	100%	100%
	AL	63%	30%	100%	100%
	SE	100%	100%	100%	100%
SUL	BA	71%	45%	100%	100%
	PR	84%	78%	100%	100%
	SC	96%	84%	100%	100%
SUDESTE	RS	85%	57%	100%	100%
	MG	88%	91%	100%	100%
	SP	93%	75%	100%	100%
	RJ	95%	80%	100%	100%
CENTRO OESTE	ES	100%	100%	100%	100%
	MS	97%	86%	100%	100%
	MT	74%	62%	100%	100%
GO	98%	67%	98%	67%	
TOTAL		61%	34%	88%	71%






COBERTURA DE ALDEIAS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%) - 2009





 Ministério da Saúde



I - SANEAMENTO EM ÁREAS ESPECIAIS

ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS





SANEAMENTO EM ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

- **CRITÉRIO DE SELEÇÃO**

Comunidades certificadas pelo órgão competente (Fundação Cultural Palmares).

- **CRITÉRIOS DE PRIORIDADES**

1. Comunidades integrantes dos territórios da cidadania do MDA;
2. Comunidades tituladas pelo órgão competente (Incra – Decreto nº 4.887/2003);
3. Comunidades com maior adensamento de famílias;





Ministério da Saúde



SANEAMENTO EM ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

METAS: PERÍODO 2007 – 2010

- **Meta:** Implantar serviços de saneamento, abastecimento de água e solução adequada do destino de dejetos, em **380 comunidades** remanescentes de quilombos
- **Famílias beneficiadas:** 45.000
- **Recursos necessários:** R\$ 170.000.000,00





 Ministério da Saúde



II - SANEAMENTO EM ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO

MELHORIA HABITACIONAL NA ÁREA ENDÊMICA DA DOENÇA DE CHAGAS



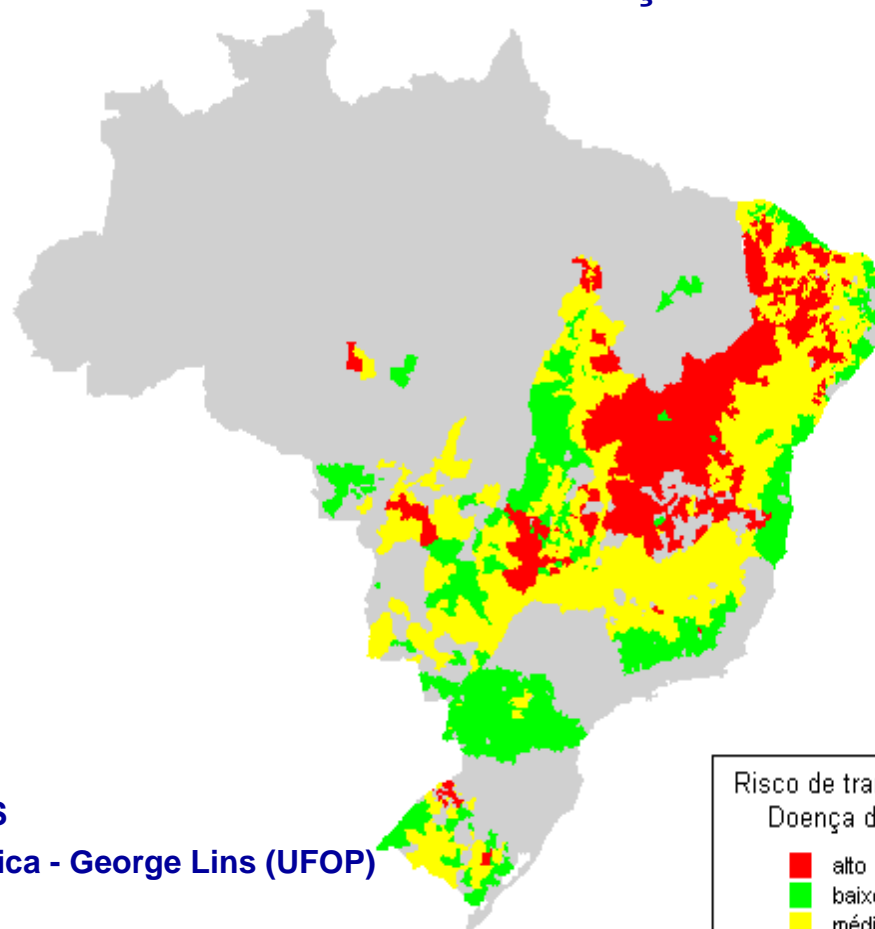


Ministério da Saúde



MELHORIA HABITACIONAL NA ÁREA ENDÊMICA DA DOENÇA DE CHAGAS

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS CONFORME ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO PARA DOENÇA DE CHAGAS - 2006



Obs.: Informações do Estado do Piauí não inseridas no Mapa

Fonte: SVS/MS

Produção gráfica - George Lins (UFOP)

Risco de transmissão da Doença de Chagas

- alto
- baixo
- médio





MELHORIA HABITACIONAL NA ÁREA ENDÊMICA DA DOENÇA DE CHAGAS

CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Municípios pertencentes a área endêmica da doença de Chagas, com a presença de vetor no intra ou peridomicílio e com a existência de habitações que favoreçam a colonização do vetor da doença e atendam as seguintes condições:

- a) Sejam classificados como de alto risco de transmissão da doença, conforme dados da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS do Ministério da Saúde; ou
- b) Estejam localizados nos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e que apresentem localidades com resíduos de *Triatoma infestans*, conforme dados da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS do Ministério da Saúde.

CRITÉRIOS DE PRIORIDADE

1. Municípios contidos no Plano Estratégico de Melhoria da Habitação Rural em áreas de resíduos do *Triatoma infestans* elaborado pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa e Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, e localizados nos Estados da BA, MG e RS;
2. Municípios com histórico de *Triatoma infestans* e classificados como de alto risco, conforme relação da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS e localizados nos Estados da BA, MG, RS;
3. Municípios com ocorrência recente de surto da Doença de Chagas, informações SVS/MS;
4. Municípios indicados pelo inquérito nacional de soroprevalência da Doença de Chagas, informações da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS;
5. Municípios classificados pela epidemiologia como de alto risco de transmissão da doença de Chagas e localizados nos 30 territórios da cidadania do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA);
6. Municípios classificados pela epidemiologia como de alto risco de transmissão da doença de Chagas e que apresentem os menores IDH.





MELHORIA HABITACIONAL NA ÁREA ENDÊMICA DA DOENÇA DE CHAGAS

METAS: PERÍODO 2007 – 2010

- **Meta:** Implantar ações de restauração ou de reconstrução em **35.000 moradias**, beneficiando **622 municípios** localizados na área de alto risco de transmissão da doença Chagas e nas áreas de resíduos de transmissão por *Triatoma Infestans* localizadas nos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. (Plano *Triatoma Infestans* – Ministério da Saúde)
- **Famílias beneficiadas:** 35.000
- **Recursos estimados:** R\$ 280.000.000,00





 Ministério da Saúde



II - SANEAMENTO EM ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO

MANEJO AMBIENTAL E DRENAGEM URBANA EM MUNICÍPIOS COM ALTA INCIDÊNCIA DE MALÁRIA



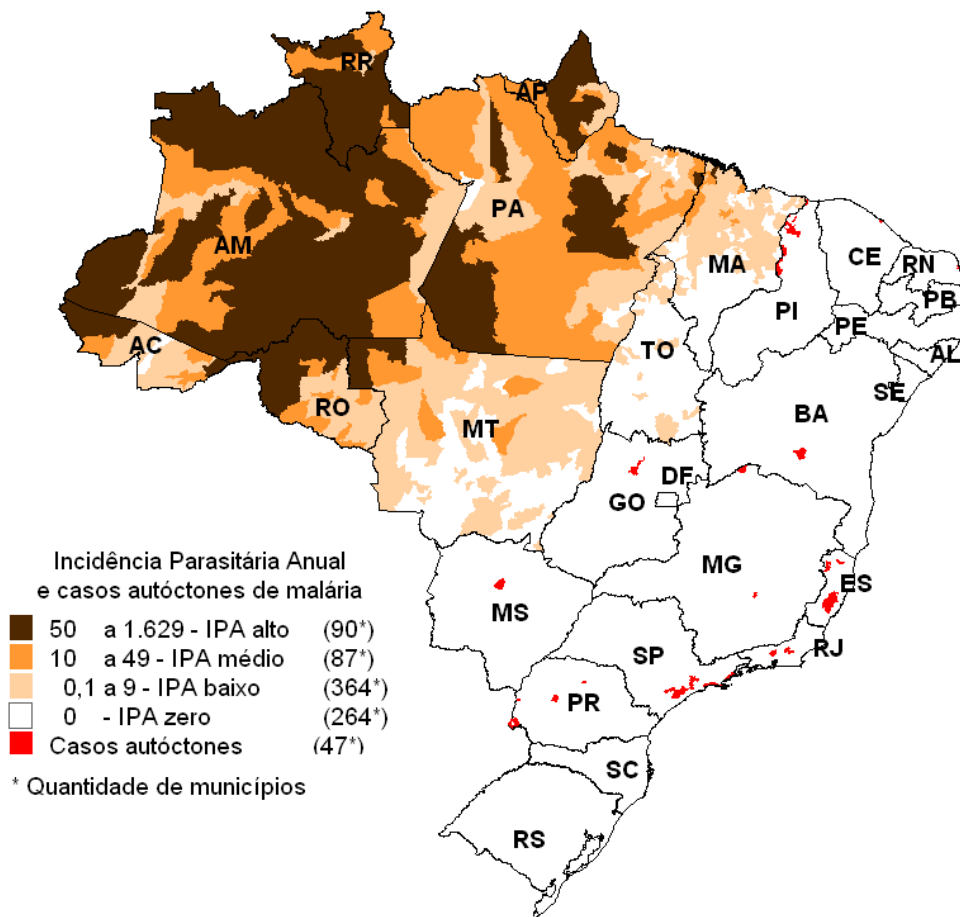


Ministério da Saúde



MANEJO AMBIENTAL E DRENAGEM URBANA EM MUNICÍPIOS COM ALTA INCIDÊNCIA DE MALÁRIA

ÁREAS DE RISCOS PARA MALÁRIA NA REGIÃO AMAZÔNICA, SEGUNDO A IPA E CASOS AUTÓCTONES DA DOENÇA FORA DA AMAZÔNIA. BRASIL, 2006



92 MUNICÍPIOS COMO DE ALTO RISCO





MANEJO AMBIENTAL E DRENAGEM URBANA EM MUNICÍPIOS COM ALTA INCIDÊNCIA DE MALÁRIA

● CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Estados que concentram 97% dos casos de malária registrados no Brasil: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima;

Municípios: Cinco (5) municípios de cada Estado selecionado com maior registro de número absoluto de caso

● CRITÉRIOS PARA EXCLUSÃO DE MUNICÍPIOS

Levantamento dos índices entomológicos de densidade e atividade dos anofelinos incriminados na transmissão de malária na região em cuja drenagem está proposta;

Além disso, os criadouros passíveis de saneamento devem estar localizados a uma distância das residências onde ocorre a transmissão da enfermidade compatível à capacidade de vôo do vetor.





Ministério da Saúde



MANEJO AMBIENTAL E DRENAGEM URBANA EM MUNICÍPIOS COM ALTA INCIDÊNCIA DE MALÁRIA

METAS: PERÍODO 2007 – 2010

- **Meta:** Implantar ações de manejo ambiental e de drenagem urbana em **30 municípios** selecionados pelo critério de maior número de casos absolutos na área endêmica de malária, com base em informações epidemiológicas e entomológicas.
- **Recursos estimados: R\$ 120.000.000,00**





 Ministério da Saúde



III - SANEAMENTO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL DE ATÉ 50.000 Hab.





Ministério da Saúde



MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 50.000 HABITANTES

DADOS POPULACIONAIS E DE COBERTURA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Municípios com população total até 50.000 habitantes (Censo IBGE - 2000):

- 90,5 % dos municípios do País;
- 27,2 % da População Urbana;
- 37,2 % do déficit do País, em termos de população urbana, de oferta de rede de distribuição de água;
- 44,8 % do déficit do País, em termos de população urbana, de solução adequada de esgotamento sanitário;
- 53,3 % do déficit do País, em termos de população urbana, de oferta de coleta de resíduos sólidos urbanos;





 Ministério da Saúde



MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 50.000 Hab.

COMPONENTE 1: Municípios maiores taxas de Mortalidade Infantil

• CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

900 municípios brasileiros com a maiores taxas de mortalidade infantil, média do triênio 2003-2005, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS;

Para este componente, serão garantidos, ainda, a seleção de no mínimo 05 municípios por Estado, beneficiando os estados que não obtiveram tal número no critério nacional. Tais municípios serão selecionados com base nas piores taxas de mortalidade infantil do Estado, média do triênio 2003-2005.





Ministério da Saúde



MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 50.000 Hab.

COMPONENTE 1: Municípios maiores taxas de Mortalidade Infantil

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

- **905 Municípios** com as piores taxas de mortalidade infantil:
- **13 Municípios** eleitos para complementar o critério de no mínimo de 05 municípios por estado com as piores taxas de mortalidade infantil;
- Total de **918 municípios selecionados** pelo critério de maiores taxas de mortalidade infantil;





Ministério da Saúde



MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 50.000 Hab.

COMPONENTE 2: Municípios com potenciais riscos a saúde devido a fatores sanitários e ambientais selecionados a partir das piores taxas de mortalidade infantil

• CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

- Municípios que apresentem simultaneamente:

1. Cobertura por rede de distribuição de água inferior ou igual a 40 % da população total (Censo – IBGE/2000);

2. Cobertura com solução adequada de esgotamento sanitário (fossa séptica + rede coletora) inferior ou igual a 30 % da população total (Censo 2000 – IBGE/2000);

3. Cobertura com coleta de resíduos sólidos inferior ou igual a 40 % da população total (Censo – IBGE/2000);

A ordem de atendimento será a partir das maiores taxas de mortalidade infantil.





Ministério da Saúde



MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 50.000 Hab.

COMPONENTE 2: Municípios com potenciais riscos a saúde devido a fatores sanitários e ambientais selecionados a partir das piores taxas de mortalidade infantil

MUNICÍPIOS SELECIONADOS

- **338 Municípios** com os piores indicadores nacionais de cobertura por rede de distribuição de água, solução adequada de esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos urbanos selecionados a partir das maiores taxas de mortalidade infantil;





Ministério da Saúde



MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 50.000 Hab.

COMPONENTE 3: Municípios localizados na calha do rio São Francisco

• CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

Municípios localizados na calha do Rio São Francisco com população inferior a 50.000 habitantes e que não estejam inseridos na ação do Ministério da Integração Nacional;

Total de municípios selecionados: 20 municípios.

OBS: No conjunto de municípios selecionados nos 04 componentes 101 municípios pertencem a Bacia do Rio São Francisco (20 % do total de municípios da bacia), 80 estão fora da calha do rio.





Ministério da Saúde



MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 50.000 Hab.

METAS: PERÍODO 2007- 2010

1. Ampliar a oferta de rede de distribuição de água em 1.368 municípios que apresentam elevado fator de risco a saúde devido as condições sanitárias e ambientais, beneficiando cerca de 2.60 milhões de pessoas;

2. Ampliar a oferta de rede coletora de esgoto, incluindo tratamento, em cerca de 500 municípios com maior população urbana e adensamento populacional, beneficiando cerca de 2.25 milhões de pessoas;

3. Ampliar a oferta de coleta de resíduos sólidos urbanos, incluindo tratamento e disposição final adequados, em cerca de 08 municípios brasileiros, priorizando os municípios com maior população e as soluções consorciadas, beneficiando uma população de 48 mil pessoas;

4. Implantar ações de saneamento domiciliar em 120.000 domicílios, beneficiado cerca de 500 municípios;





 Ministério da Saúde



MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 50.000 Hab.

RECURSOS ESTIMADOS:

1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 950.000.000,00
2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO	R\$ 1.270.000.000,00
3. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	R\$ 100.000.000,00
4. SANEAMENTO DOMILICIAR	R\$ 280.000.000,00
TOTAL	R\$ 2.600.000.000,00





MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 50.000 Hab.

(TODOS OS COMPONENTES)





Ministério da Saúde




MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 50.000 Hab.

EIXO III – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR COMPONENTE

COMPONENTE	AÇÃO				TOTAL
	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	SANEAMENTO DOMICILIAR	
	(R\$ 1,00)	(R\$ 1,00)	(R\$ 1,00)	(R\$ 1,00)	
MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 50.000 HABITANTES COM FOCO NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	937.800.000,00	1.195.000.000,00	100.000.000,00	280.000.000,00	2.512.800.000,00
CALHA DO SÃO FRANCISCO	12.200.000,00	75.000.000,00	-	-	87.200.000,00
TOTAL	950.000.000,00	1.270.000.000,00	100.000.000,00	280.000.000,00	2.600.000.000,00





 Ministério da Saúde



IV – SANEAMENTO RURAL





Ministério da Saúde



SANEAMENTO RURAL

JUSTIFICATIVA:

- Elevado déficit de saneamento junto a população rural;
- O País não conta com um Programa Nacional de Saneamento Rural;
- A maioria dos Estados ainda não estruturaram, de forma sistêmica e permanente, Programa Estadual de Saneamento Rural;
- Atuação dos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário focada na área urbana;





SANEAMENTO RURAL

- **CRITÉRIO DE SELEÇÃO:**

População rural dispersa ou localidades rurais com população até 2.500 habitantes

- **CRITÉRIOS DE PRIORIDADES:**

Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária;

Escolas Rurais;

Estados com programas de saneamento rural estruturados (CE, PI, BA, PR)





Ministério da Saúde



SANEAMENTO RURAL

- **METAS: PERÍODO 2007 – 2010**

Estruturar Programa Nacional de Saneamento Rural;

Implementar em parceria com Estados e Municípios, ações de abastecimento de água e de solução adequada de esgotamento sanitário, beneficiando **75.000 famílias;**

- **RECURSOS ESTIMADOS: R\$ 260.000.000,00;**





SANEAMENTO RURAL

• SANEAMENTO NAS ESCOLAS

Critérios de Elegibilidade:

- Municípios com IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) abaixo de 3,7 (Fonte: MEC/FNDE)
- Escolas sem banheiro (Fonte: MEC/INEP)
- Escolas com número de alunos superior ou igual a 20 (Fonte: MEC/INEP)
- Atendimento de no máximo 5 escolas por município, priorizando as escolas com maior quantidade de alunos

RECURSO ESTIMADO: 40 MILHÕES

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Fonte: FNDE/MEC





 Ministério da Saúde



V- AÇÕES COMPLEMENTARES DE SANEAMENTO

APOIO AO CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO





Ministério da Saúde



AÇÕES COMPLEMENTARES DE SANEAMENTO

APOIO AO CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

• OBJETIVO:

Implantar Laboratórios Regionais de Controle da Qualidade da Água e Unidades Móveis de Controle da Qualidade da água para Consumo Humano.

• CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

Consórcios Públicos de Saneamento ou municípios identificados em Protocolo de Intenções de Consórcios;

Municípios com dificuldade no atendimento integral a Port. MS nº 518/04;

• CRITÉRIOS DE PRIORIDADES:

Municípios que apresentarem projetos básicos dos laboratórios;

Municípios beneficiados com recursos no PAC

Municípios cadastrados no SISÁGUA;





Ministério da Saúde



AÇÕES COMPLEMENTARES DE SANEAMENTO

LABORATÓRIO REGIONAL DE CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA – CISMAR/PR



OBRAS EM FASE DE CONCLUSÃO





 Ministério da Saúde



AÇÕES COMPLEMENTARES DE SANEAMENTO


APOIO AO CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

METAS: PERIODO 2007-2010

- Implantar **25 laboratórios** regionais de controle da qualidade da água para consumo humano;
- Financiar a aquisição de **10 unidades móveis** de controle da qualidade da água para consumo humano;





 Ministério da Saúde



RESUMO PAC/SANEAMENTO – FUNASA/MS





Ministério da Saúde



INVESTIMENTOS TOTAIS

R\$ 4 Bilhões

PAC 2007- 2010 – QUADRO RESUMO

EIXO/COMPONENTE	VALOR R\$ 1.000,00	%
I - ÁREAS ESPECIAIS	370.000,00	9,3
Saneamento em áreas indígenas	200.000,00	5,0
Saneamento em áreas de Quilombos	170.000,00	4,3
II - ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO	400.000,00	10,0
Melhoria Habitacional para o controle da doença de Chagas	280.000,00	7,0
Manejo Ambiental e Drenagem Urbana para o Controle da Malária	120.000,00	3,0
III - MUNICÍPIOS DE POPULAÇÃO DE ATÉ 50.000 HAB.	2.810.000,00	70,3
Abastecimento de Água	1.030.000,00	25,8
Esgotamento Sanitário	1.380.000,00	34,5
Saneamento domiciliar	288.000,00	7,2
Resíduos Sólidos Urbanos	112.000,00	2,8
IV - SANEAMENTO RURAL	300.000,00	7,5
Abastecimento de Água	120.000,00	3,0
Solução adequada de esgotamento sanitário	140.000,00	3,5
Água na Escola	40.000,00	1,0
V - AÇÕES COMPLEMENTARES	120.000,00	3,0
Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	70.000,00	1,8
Apoio a projeto de Coleta e Reciclagem de Materiais	50.000,00	1,3
TOTAL	4.000.000,00	100,0





EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Resumo – Posição 06.2009

Sub-Eixo	Empenhado		Pago até 06.2009	
	R\$	%	R\$	%
Áreas Indígenas	87,7	43,1	54,2	61,8
Áreas Quilombolas	59,5	34,9	4,0	6,7
Controle de Malária	74,4	60,7	2,9	3,9
Controle de Chagas	156,6	55,6	22,6	14,4
Água, Esgoto, Melhorias Sanitárias e Resíduos Sólidos	1.381,0	49,1	104,2	7,5
Saneamento Rural	98,0	37,7	18,3	18,7
Água na Escola	19,1	47,8	0,1	0,5
Qualidade da Água	20,7	29,3	6,0	29,0
Apoio a Catadores	-	-	-	-
Total Geral	1.897,1	47,3	212,3	11,2





Ministério da Saúde



EXECUÇÃO FÍSICA Resumo – Posição 06.2009

Sub-Eixo	Meta 2007 - 2010	Selecionado		Contratado		A Contratar	
	QTE	QTE	%	QTE	%	QTE	%
Áreas Indígenas (Aldeias)	2.137	1.119	52,4	1071	50,1	1.066	49,9
Áreas Quilombolas (Comunidades)	380	210	55,3	210	55,3	170	44,7
Controle de Malária	33	33	100	33	100	0	0,0
Controle de Chagas	623	623	100	472	76	151	24,2
Abastecimento de Água	1.327	1.327	100	847	64,1	480	36,2
Esgotamento Sanitário	483	483	100	311	63,1	172	35,6
Melhorias Sanitárias	502	502	100	402	80,4	100	19,9
Resíduos Sólidos	8	8	100	2	25	6	75,0
Saneamento Rural (Comunidades)	-	756	0	754	-	-	0,0
Água na Escola (Escolas)	889	889	100	428	48,1	461	51,9
Qualidade da Água (Laboratórios)	25	14	56	14	56	11	44,0
Apoio a Catadores (Cooperativas)	210	-	-	-	-	210	100,0





Realizadas

- **Elaboração da programação das CORE para incremento na implementação do PAC;**
- **Adquiridos veículos, microcomputadores, GPS, máquinas fotográficas e veículos para uso das Divisões de Engenharia da FUNASA, nos estados;**
- **Ampliação do quadro técnico de engenheiros da FUNASA (35 Analistas de Infra-Estrutura, 94 Temporários, 70 Permanentes - concurso em andamento);**
- **Publicação da Portaria/FUNASA nº 154, de 11.02.09, que adota no âmbito da FUNASA, a aceitação da *Declaração de Posse de Terreno*, expedida pelo gestor interessado, para efeito de início das obras do PAC, condicionando a apresentação da documentação de Posse do Terreno;**
- **Elaboração do modelo de *Declaração de Posse de Terreno*.**





 Ministério da Saúde



MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

www.funasa.gov.br

